

Do Pinhal de Leiria à actualidade

A floresta portuguesa e o fogo

No século XII, o Mediterrâneo Ocidental europeu, Península Ibérica incluída, estava parcialmente desarboreado. No século XIII, D. Afonso III deu início à plantação dos pinheiros do famoso pinhal de Leiria. No entanto, é com D. Dinis, entre 1279 e 1325, que a cultura é intensificada. Conceberam-se enormes sementeiras para que as dunas da costa não se degradassem. Serviu este pinhal também para a construção naval em nome dos interesses comerciais e marítimos do reino. Nos séculos seguintes, a pressão sobre as florestas aumentou consideravelmente.

Desde o século XIII até ao século XVI, a pecuária e a transumância criaram uma paisagem praticamente sem floresta no interior de Portugal. As árvores do género *Quercus*, como a azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o sobreiro (*Quercus suber*), eram utilizadas como lenha ou como habitat para o porco, em detrimento do carneiro e da lã da transumância. Os montados foram historicamente sistemas agrícolas direccionados para a pecuária. Mais recentemente, estes sistemas contemplaram em grande escala a produção de cortiça, mantendo-se concomitantemente a criação de porco com maior relevância no Alentejo.

A agricultura extensiva, através da criação de enormes estepes cerealíferas, determinou uma nova organização geográfica do Alentejo.

No início da industrialização, a floresta densa contínua no nosso país era diminuta. Já no passado foi necessário importar madeira e a construção naval era feita principalmente no Brasil e na Índia. No entanto, existiam vastas áreas de incultos que serviam de pastagem e eram queimadas com alguma frequência. Este predomínio da agricultura nos conceitos e na política ex-

A floresta, património natural possuidor de elevada biodiversidade e riqueza, exige a definitiva aplicação prática do binómio “desenvolvimento sustentável”.



Incêndio no concelho da Pampilhosa da Serra - 2005

plicam, em parte, a falta de tradição florestal no nosso país.

Face à falta de madeira, em finais do séc. XIX, deu-se uma viragem na política florestal com a publicação, em 1888, dos regulamentos de arborização das serras da Estrela e Gerês. Pela primeira vez, o Estado, cuja acção até então se tinha limitado quase em exclusivo à arborização das dunas do litoral, sentiu a necessidade de arborizar as serras do interior. Com a regulamentação do Regime Florestal em 1903, deu-se início a um processo de fomento florestal que alterou radicalmente a paisagem florestal do país e se estendeu até finais do séc. XX.

A arborização dos baldios nas décadas de 30 e 40 do séc. XX foi uma tentativa tardia de criar uma base territorial para a gestão racional da produção de

madeira. Como se sabe, o processo não resultou e essas áreas (cerca de 12% da área florestada) regressaram à posse comunitária, criando dificuldades acrescidas à sua gestão.

MODELADOR DE PAISAGENS

O processo de transformação da paisagem mediterrânica conduziu, em muitos locais, ao estabelecimento de novos equilíbrios entre a vegetação, enriquecendo a diversidade biológica nos locais onde o fogo foi remetido para um papel secundário e relativamente controlado.

Apesar da quase supressão do seu papel ao longo dos últimos séculos (mas não da sua existência!), não deixa de ser verdade que a vegetação da região é o resultado de repetidos fogos, primeiro de causas naturais, anteriores à



Paisagem florestal da Serra da Gardunha



Povoamentos de Pinheiro Bravo - Pinus pinaster



Medronheiro - Arbutus unedo



Castanheiro - Castanea sativa

significativa intervenção humana, seguindo-se o uso do fogo pelo homem primitivo para abrir as florestas na tentativa de melhorar as condições para a caça, o pastoreio e ocupação de novas terras agrícolas.

Actualmente e ano após ano, os incêndios consomem centenas de milhares de hectares no Mediterrâneo Europeu. No entanto, muitos locais continuam a ser poupados a este factor abiótico, com a manutenção de práticas ancestrais, como seja o caso do pastoreio, que recorre ao fogo no Inverno para renovação das pastagens e onde os próprios animais são responsáveis pelo controlo da biomassa vegetal. Em contraponto, o abandono agrícola levou à recuperação de matos, promovendo o elevar do risco de incêndio.

CONVIVER COM O FOGO

A acção do fogo ao longo dos tempos, como foi referido anteriormente, teve (e sempre terá) um papel fundamental

na formação e adaptação da floresta mediterrânica. Em Portugal, os incêndios florestais, principalmente desde a década de 80 até aos nossos dias, têm-se revelado uma autêntica calamidade, dizimando vastas áreas do nosso território. O controlo de área ardida anual para valores considerados aceitáveis, de forma a obter a dinâmica natural dos ecossistemas mediterrânicos, deverá recorrer à adopção das seguintes medidas:


- o correcto ordenamento do território;
- a elaboração do cadastro das propriedades;
- a criação e dinamização de zonas de intervenção florestal (Z.I.F.), já criadas através do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto, mas que quase ainda não saíram do papel;
- a criação de centrais de aproveitamento de energia da Biomassa;
- o aproveitamento dos diferentes usos múltiplos da floresta (como por exemplo madeira, frutos, mel, cor-

tiça, caça, pesca, pasta de papel, resina, cogumelos, plantas aromáticas e medicinais);

- a implementação da silvopastorícia adaptada aos ecossistemas presentes em cada território;
- a aplicação devidamente acompanhada da técnica do fogo controlado;
- a dinamização de acções de educação ambiental;
- a revitalização das práticas tradicionais associadas aos espaços florestais.

As bases de qualquer território são todas as variáveis ambientais que esse território possui. Para existir uma paisagem ordenada, os esforços têm de ser forçosamente orientados para o Ordenamento do Território, numa óptica da prevenção. O exemplo mais flagrante da não aplicação deste princípio é observado, ano após ano, nos incêndios florestais, onde se verifica a atribuição de elevadas somas de dinheiro para o combate, descurando enormemente fundos financeiros para a sua prevenção.

Enquanto não interiorizarmos o facto de que podemos moldar a Natureza, mas não podemos mudar as suas Leis, que são intemporais e incomensuravelmente mais fortes do que toda a força humana alguma vez poderá obter, nunca se alcançará a efectiva resolução do problema dos incêndios florestais.

A floresta, património natural possuidor de elevada biodiversidade e riqueza, exige a definitiva aplicação prática do binómio "desenvolvimento sustentável". Se efectivamente desejamos um mundo melhor, tanto para nós como para os nossos descendentes, cada um tem de assumir o seu papel. Em consciência: a responsabilidade é de todos. 

PAULO BONIFÁCIO,
Engenheiro Técnico de Recursos Naturais
e Ambiente